

UNIÃO SOVIÉTICA: da Nova Política Econômica (NEP) à construção do “socialismo num só país”

SOVIET UNION: the New Economic Policy (NEP)
to the construction of ‘socialism in only one country’

José Antônio Spinelli Lindoso¹

RESUMO

Neste artigo, faz-se uma revisão seletiva de literatura sociológica e histórica para recuperar as linhas de força de construção do chamado “socialismo num só país” nas duas primeiras décadas de institucionalização do regime soviético russo. Superada a experiência transitória da NEP e sob o pano de fundo da coletivização “pelo alto” e da industrialização em marcha forçada, promoveu-se uma formidável concentração de poder nas mãos da nova elite burocrática. Embora a Rússia soviética tenha se modernizado, conservaram-se fortes traços do autoritarismo czarista e instituiu-se um regime totalitário que completou a acumulação primitiva iniciada ao tempo dos czares, modelando-se um modo de produção inédito, moderno e industrial, em que política e economia imbricavam-se sem mediações da sociedade civil, sufocando as possibilidades de transição rumo ao socialismo.

Palavras-chave: Revolução Russa. Coletivização do campo. Industrialização em marcha forçada. Totalitarismo. Socialismo num só país.

ABSTRACT

It's made a selective review of sociological and historical literature to recover the power lines construction called “socialism in only one country” in the first two decades of institutionalization of the Russian Soviet regime. Overcome the transitory experience of NEP and under the background of collectivization “by the top” and of the industrialization in force march, promoted a formidable concentration of power in the hands of the new bureaucratic elite. Although Soviet Russia has been modernized, were retained strong traces of the tsarist authoritarianism and set up totalitarian regime who completed the primitive accumulation started to the time of the czars, modeling in a way of producing unprecedented, modern and industrial, where policy and economy imbricate without mediation of the civil society, stifling the possibilities of transition to socialism.

Key words: Russian Revolution. Collectivization of the countryside. Industrialization in forced march. Totalitarianism. Socialism in only one country.

¹UFRN. Contato: spinellih@uol.com.br

Passados quase cem anos da Revolução Russa de outubro de 1917, o fracasso da primeira experiência socialista duradoura tornou-se lugar comum e agora parece evidente a todos, mas por muito tempo não foi assim. O historiador Eric Hobsbawm observa que tal fracasso “tornou-se óbvio na década de 1960 e, sobretudo, na de 1970”, mas somente vinte anos depois o sistema soviético se desmancharia no ar, parecendo dar razão aos intelectuais de direita, como Francis Fukuyama, que apontava a sombria previsão do “fim da história”.

Proponho-me retornar ao contexto em que se produziu a Revolução, recuperando certas linhas de força da construção do socialismo e do debate que se produziu nos anos 20 e 30 do século XX entre dirigentes políticos e intelectuais russos e europeus de esquerda, enfatizando o papel do partido e do núcleo dirigente do Estado soviético. Não se trata de fazer um apanhado exaustivo, mas de selecionar alguns ângulos de análise, contribuindo para um debate que se mantém atual, na medida em que o capitalismo triunfante (até quando?), apesar de sua reestruturação, continua a reproduzir contradições que se expressam em desigualdades de classe, regionais, étnicas e outras, em concentração da riqueza e do poder, na degradação do meio ambiente e na continuidade de uma lógica de exploração e dominação de que são manifestações mais exacerbadas em guerras contínuas e a violência urbana das metrópoles.

Por outro lado, as diversas correntes socialistas, apesar dos reveses muito graves e do profundo refluxo sofrido nos últimos anos, que caracterizam uma derrota de ordem histórico-universal, não foram atingidas por uma liquidação estratégica e definitiva. Prova disso é a vitalidade da produção dos intelectuais de esquerda e a emergência de movimentos sociais críticos em relação à lógica do capital.

No que diz respeito à Revolução Russa, o primeiro aspecto a ser observado é o fato de ter ocorrido num país atrasado da periferia capitalista, um vasto império que deitava suas origens no *Ancien Régime*. O inusitado, nesse sentido, não é que tenha ocorrido uma revolução num país que conservava fortes resquícios do feudalismo e era dominado por uma autocracia brutal. O inusitado é que essa revolução tenha sido liderada pela pequena vanguarda operária de suas poucas cidades industriais (São Petersburgo, Moscou, Odessa) e dirigida por um partido operário e socialista que se constituiu e lutou na mais estrita ilegalidade.

Fato tão inusitado que levou um dos maiores teóricos marxistas do século XX, Antonio Gramsci, a dizer que a Revolução Russa havia sido uma revolução contra o Capital [de Marx]. Com efeito, em seus escritos teóricos, os criadores do materialismo histórico, Marx e Engels, haviam formulado a possibilidade de a revolução proletária envolver, fundamentalmente, países avançados. Entre os vários cenários imaginados, Marx, que não era dado a arriscar previsões, supunha que a revolução poderia ter início na França e depois se estender para a Alemanha e

a Inglaterra. Tal suposição, além de levar em conta o nível de maturidade econômica e política desses países, obedecia a uma razão teórica incisiva: a revolução socialista seria o resultado do próprio desenvolvimento do capitalismo, do alargamento e complexificação de sua estrutura produtiva, do domínio do capital sobre as várias instâncias da economia, do aguçamento das contradições de classe, da existência de uma classe operária industrial que representasse a grande maioria da população trabalhadora e fosse dotada de elevado nível de consciência política autônoma.

A Rússia, apesar do vigor do seu recente processo de industrialização, que se verificara nas últimas décadas do século XIX, pagava o preço da modernização tardia, de uma industrialização truncada pelo atraso da estrutura agrária decadente e de uma dominação política despótica, quase do tipo asiático, insensível às reivindicações populares, ou mesmo às dos setores liberais da burguesia.

O Partido Bolchevique, antigo Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), havia sido criado em 1898 e até 1917 viveu quase sempre na ilegalidade, dividindo-se, desde o II Congresso, em 1903, em duas grandes correntes ou facções, a menchevique (minoridade) e a bolchevique (maioria), esta liderada por Lênin. Na verdade, depois de 1903 os bolcheviques ficaram em minoria em vários momentos até se constituírem em partido independente em 1912.

É forçoso ressaltar que a tarefa de Lênin e de seus companheiros na construção do partido enfrentava condições radicalmente diversas e mais difíceis do que aquelas com as quais se defrontaram, em seu tempo, Marx e Engels, na Liga dos Comunistas (fins dos anos 40 do século XIX) e na I Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1872), em Londres. Em ambos os casos, o “partido” era um agrupamento pouco articulado de vanguarda, congregando tendências muito variadas, com pouca capacidade de intervenção direta nas batalhas políticas, embora se constituísse em referência importante para os diversos grupos operários envolvidos nas lutas nacionais. Prova disso é que nos movimentos operários dos diversos países, os marxistas constituíam minoria, sem peso decisivo, como na Comuna de Paris (1871), em que os proudhonianos tinham a hegemonia. Mesmo na I Internacional, apesar da liderança de Marx, que era seu presidente, lassaleanos, prodhonianos e anarquistas tinham maioria.

No final do século XIX a situação mudaria. O mais importante partido operário europeu, o Partido Social-Democrata Alemão, tinha uma liderança conscientemente marxista e a II Internacional era dirigida por militantes marxistas, que assumiram a condução do movimento trabalhista europeu.

A tarefa dos russos era inteiramente nova. Além de terem de enfrentar uma autocracia altamente repressiva, viviam num país em que a esmagadora maioria da classe trabalhadora

era constituída de camponeses e em que as tarefas da revolução democrático-burguesa se apresentavam como pressuposto da revolução socialista.

Isso se constituía num quebra-cabeça para os revolucionários. Quais eram as tarefas da revolução burguesa na Rússia? Como elas se articulavam com as da revolução socialista? Que tipo de alianças se deveriam priorizar? Quem eram os inimigos principais e os aliados da revolução?

Surgiram várias respostas a essas questões, mas Lênin foi um dos que viram com maior clareza a situação. Propôs uma aliança operário-camponesa e defendeu o papel dirigente do partido operário desde a etapa da revolução democrática, incorporando a reivindicação camponesa de redistribuição das terras. Expressou essas posições com a noção de “revolução ininterrupta”, em que as etapas democrática e socialista se sucediam de forma contínua no tempo sob a direção do partido operário. O contraste com a noção de “revolução permanente”, de Trotsky, se dava porque neste caso o caráter socialista da revolução se impunha desde o início, repercutindo na política de alianças e nas tarefas que era preciso resolver (questão camponesa, papel da burguesia liberal etc.).

Os mencheviques o acusaram de seguir as tradições populistas (*narodnikis*), por assumir as reivindicações camponesas. Rosa Luxemburgo não concordava com essa condição de preservar o direito de secessão às nacionalidades não russas do império do czar, por entender que se tratava de uma concessão nacionalista. Trotsky discordava de suas análises, enfatizando o caráter proletário da revolução desde o início. Lênin manteve suas posições e conseguiu o apoio da maioria do partido (REIS FILHO, 2003, p. 52).

Embora a concepção de partido de Lênin tenha passado por certas variações ao longo de sua prática política e reflexão teórica, uma linha grossa atravessa essas reflexões: a que enfatiza o papel da vanguarda no processo da revolução e, depois, no de construção do socialismo.

Essa concepção é particularmente reafirmada pela crítica que ele faz ao marxismo vulgar da II Internacional, preso a um evolucionismo positivista e a um materialismo crasso, não dialético, opondo-lhe sua própria visão do processo histórico, no qual a consciência joga um papel de determinação tão importante quanto os dos assim chamados fatores objetivos.

Monty Johnstone indica ambiguidades na concepção leniniana de partido, dizendo que “Lênin favoreceu alternadamente um partido reduzido de quadros ou um grande partido de massa, com estruturas internas que iam do cupulismo conspirativo à mais ampla democracia” (JOHNSTONE, 1985, p. 16).

Marx e Engels, no Manifesto de 1848, tinham afirmado que “a emancipação da classe operária deve ser obra da própria classe operária”. Lênin, no *Que Fazer?* [1902] – uma de suas obras mais divulgadas – afirmara peremptoriamente que a consciência socialista deveria ser introduzida de

fora no movimento operário e que os trabalhadores, espontaneamente, chegariam, no máximo, a uma consciência corporativa, trade-unionista, sindical. É verdade que, em outro momento, ele assume uma posição quase oposta, dizendo que “A classe operária é instintivamente, espontaneamente social-democrata”, sublinhando, entretanto, o trabalho dos social-democratas na transformação dessa consciência (LÊNIN, apud JOHNSTONE, 1985, p. 32).

A propósito desse ponto, é instrutivo acompanhar a observação do marxista britânico Ralph Miliband, em capítulo publicado no livro organizado por Robin Blackburn, *Depois da Queda*, de 1991. Nele, Miliband, acentuando a clássica crítica marxista aos regimes representativos e parlamentares, e sua exigência de “formas mais diretas de expressão da soberania popular e do poder democrático” (MILLIBAND, 1991, p. 28), observa que em 1919 (Lênin ainda vivo e atuante) o sistema de sovietes “havia quase desaparecido” e estava sob a tutela do partido. O autor acrescenta ainda que em nenhum regime comunista os conselhos operários tiveram lugar, por entrarem em contradição com a ditadura partidária.

Victor Serge, contemporâneo e participante do processo revolucionário, escrevendo sobre os anos 1920, é cáustico a esse respeito: “Os Sovietes, de fato, tão vivos em 1918, não passavam de aparelhos secundários do partido, privados de iniciativa, não exercendo nenhum controle, não representando nada além do comitê local do partido” (SERGE, 1987, p. 143).

Também é relevante não esquecer que os sovietes (conselhos) foram uma invenção criativa da massa trabalhadora russa (operários, camponeses e soldados), no curso da Revolução de 1905, contra a tirania czarista, e não uma fórmula elaborada por intelectuais ou dirigentes políticos.

Lênin teria razão? Essa não é uma pergunta que se responda facilmente. Em uma de suas obras ele afirma que sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário. O pensamento de Lênin é complexo. Ele não afirma de forma taxativa que o operariado é incapaz de alcançar uma consciência revolucionária, entendida por ele como a capacidade de perceber a contradição insuperável entre os seus interesses de classe e o regime econômico-político capitalista. Diz sugestivamente que as lutas de classe parciais, econômicas contêm na sua espontaneidade uma “*forma embrionária* do consciente” (LÊNIN, 1978, p. 24). Mas, em seguida afirma que a “doutrina socialista” foi elaborada em todos os países por intelectuais burgueses. E mesmo reconhecendo que intelectuais operários foram capazes de elaborar teorias socialistas (cita Proudhon e Weitling), diz que o fizeram por serem intelectuais e não por serem operários. Ora, nesse caso, poder-se-ia dizer que os intelectuais burgueses chegaram ao socialismo por serem intelectuais, não por serem burgueses.

O fato é que “até aquele momento”, segundo Lênin, o operariado não havia superado a espontaneidade e seria incapaz de chegar à consciência de si por suas próprias forças, mas

dependia da ação educativa dos intelectuais. Na medida em que o partido social-democrata constituía o “intelectual coletivo” capaz de levar a doutrina socialista aos operários, cabia ao partido exercer a mediação necessária entre a teoria e a prática.

Lukács dá razão a Lênin. Reconhecendo que “Universalidade, totalidade e unicidade concreta constituem as determinações capitais da realidade”, conclui em seguida: “Mas o conhecimento da totalidade jamais é espontâneo. Ela deve ser trazida do ‘exterior’, quer dizer, pela teoria, àqueles que estão metidos na acção” (LUKÁCS, 1975, p. 134-135).

Segundo os dois autores precedentes, o “conhecimento da totalidade” não significa apreender intelectualmente o real em sua integralidade, mas aproximar-se do objeto de forma processual, num movimento tendencialmente infinito, ao mesmo tempo teórico, sensitivo, prático, estético, sem nunca esgotar [do real] todas as suas determinações.

O que se pode objetar a Lênin e a Lukács é o seguinte: por que o conhecimento da totalidade seria privilégio de intelectuais burgueses ou não? Ou por que apenas o partido-intelectual coletivo herdaria esse privilégio?

Existem aqui imprecisões em relacionar o processo de mediação teórica com a situação de sujeitos “metidos na acção”. A teorização exige a mobilização de energias cognitivas e cautelas epistemológicas a fim de controlar a interferência de representações de senso comum, desejos, ideias preconcebidas etc., logrando isenção e objetividade. Não é o mergulho na prática que impede a percepção e apropriação conceitual do processo real como totalidade, mas a ausência da reflexão e de um dispositivo teórico adequado.

Não se pode deduzir daí que essa formulação leninista foi a responsável ou a causa direta da forma autoritária assumida pela relação entre o partido e a massa operária russa e soviética nos anos 1920 e 1930 (e seguintes). Porém, conformou uma atitude, por parte dos militantes comunistas, favorável à tutela e ao dirigismo na relação com a massa operária e popular.

Contudo, isso não significa que o stalinismo estivesse inteiramente contido no leninismo, como a borboleta no casulo. Lênin teve o cuidado de sublinhar a necessidade de os membros do partido aprenderem com a experiência dos operários e, certamente, admitia que operários experientes, e estudiosos, seriam capazes de compreender o socialismo.

Ademais, deve-se reconhecer que Lênin, na maior parte do período em que exerceu a direção política, favoreceu a discussão livre de ideias e a crítica no interior do partido. O período mais duro e de repressão à crítica interna foi o da Guerra Civil e do comunismo de guerra², com seu ponto mais dramático na repressão à sublevação dos marinheiros da base naval de

²A expressão é imprópria porque se tratou de “um sistema de requisição generalizada”, imposto pela situação de miséria decorrente da I Guerra e da guerra civil (PORTAL, 1983, p. 30).

Kronstadt em 1919³ (REIS FILHO, 2003). Há relatos de que em muitos momentos o próprio Lênin ficou em minoria no órgão dirigente do partido, mas nunca usou métodos autoritários para reverter essa situação. Ele é descrito por quem o conheceu de perto como um sujeito determinado e de vontade poderosa, porém extremamente simples, modesto, afável no trato e sempre disposto a fazer valer suas ideias através da persuasão discursiva.

Apesar disso, é inegável que o Partido Bolchevique, seja por conta dos embates com as forças contrarrevolucionárias, seja pela eliminação da oposição interna no período stalinista, foi se convertendo num aparelho centralizado e organizado verticalmente. Quanto ao regime do Estado, tratava-se efetivamente de uma ditadura revolucionária em que a vontade dos chefes se impunha como última razão.

Uma vez que os soviets tornaram-se estéreis e o sufrágio universal e outros direitos que garantiriam o exercício de uma cidadania ativa por parte das massas estavam suprimidos, a perspectiva de construir o socialismo democraticamente ficava adiada por tempo indefinido. É nesses anos cruciais da Revolução e da consolidação do regime soviético, anos vinte e trinta do século passado, que se expressam os traços essenciais que iriam permanecer até a queda, em 1991⁴.

Leon Trotsky, em *A revolução traída* (1980, p. 17), descreve o quadro dramático do atraso soviético em meados dos anos 1930, quase duas décadas após a Revolução: não obstante grandes avanços na industrialização, a produtividade é extremamente baixa e a qualidade dos produtos deixa a desejar. Por outro lado, a prioridade dada à indústria pesada mantém a histórica situação de índices muito precários de produção de itens básicos de consumo popular. Na agricultura a situação é ainda mais grave e o autor observa que o consumo de produtos alimentares caracteriza uma situação de indigência.

Ele atribui isso, em grande parte, “ao passado pesado e sombrio da Rússia” e justifica o relativo insucesso porque o regime se encontraria numa “fase preparatória” (TROTSKY, 1980, p. 18). Entretanto, não ignora os erros cometidos durante o processo de “coletivização forçada” da agricultura, assim como não perde de vista a destruição provocada pela guerra interimperialista (a I Guerra Mundial) e a guerra civil: a queda drástica e catastrófica da produção industrial e agrícola, a fome e suas consequências políticas incômodas: o comunismo de guerra, as requisições ao campesinato, as execuções sumárias etc.

³Situada no Golfo da Finlândia, sua localização era estratégica para a defesa da cidade de Petrogrado. Segundo V. Serge (1987, p. 149) a rebelião de Kronstadt não foi um episódio contrarrevolucionário, mas uma renovação da revolução. Reis Filho a considera a terceira revolução russa, dando sequência às de fevereiro e de outubro de 1917.

⁴Embora depois da morte de Stalin em 1953 tenha havido um processo de atenuação dos traços mais brutais do regime, este permaneceu autoritário e controlado pela burocracia.

Após descrever os privilégios da aristocracia operária e da burocracia que dominava o aparelho partidário e estatal, Trotsky (1980, p. 85) patenteia os baixos padrões de consumo da classe trabalhadora e conclui: “Este socialismo nunca poderá ser aos olhos das massas senão um capitalismo restaurado”⁵.

Deve-se indagar sobre quais foram os elementos que configuraram uma situação propícia à ascensão desta “nova classe” ao poder. O historiador Arthur Rosenberg, autor da clássica obra *História do Bolchevismo* [1932], nos fornece valiosas pistas de caráter sociológico para a compreensão desse processo.

Diz ele que em 1927, portanto ao fim do período da “Nova Política Econômica” (NEP) e às vésperas do início da “coletivização pelo alto” e da industrialização em marcha forçada, o partido tinha um milhão e duzentos mil filiados. Desses, seiscentos mil eram operários e camponeses que trabalhavam nas fábricas e nos campos, na proporção de quatrocentos e cinquenta mil operários e cento e cinquenta mil camponeses (ROSENBERG, 1989, p. 233).

Os outros seiscentos mil filiados eram constituídos por funcionários e membros das organizações partidárias, dos quais duzentos e cinquenta mil eram ex-operários e quinze mil ex-camponeses. Portanto, afirma o autor, apenas pouco mais de 1/3 dos membros do partido eram operários de fábrica no sentido estrito (ROSENBERG, 1989, p. 233).

Entretanto, continua Rosenberg, mais ilustrativo ainda era o que acontecia “na camada dos órgãos dirigentes”. Aí, a proporção de operários fabris era da ordem de 10% dos seus quadros. E conclui, de forma bastante categórica: “Assim, a organização governamental do capitalismo de Estado, no decorrer do desenvolvimento, tornara-se independente das classes produtivas” (ROSENBERG, 1989, p. 234).

Trotsky enumera outras razões, igualmente importantes, para explicar o que considera a “degenerescência burocrática” do aparelho de Estado soviético. As condições resultantes do período da guerra civil criaram uma situação social que favoreceu a ascensão do Estado sobre a sociedade civil. O autor, argutamente, evidencia as suas implicações:

Os mais notáveis representantes da classe operária tinham desaparecido durante a guerra civil ou, subindo alguns degraus, tinham-se desligado das massas. [...] O refluxo do ‘orgulho plebeu’ teve como corolário um afluxo de arrivismo e pusilanimidade. Estas marés conduziram ao poder uma nova camada de dirigentes (TROTSKY, 1980, p. 65).

⁵Apesar da surpreendente expressão “capitalismo restaurado”, ele insiste no caráter socialista da sociedade soviética.

Victor Serge confirma o entendimento de Trotsky: “O proletariado de elite, formado pelas lutas do antigo regime, estava literalmente dizimado” (SERGE, 1987, p. 152).

O fim da guerra colocou o regime frente à necessidade de encontrar ocupação para os cinco milhões de militares desmobilizados. Esses militares tiveram um papel relevante na formação da burocracia:

Os comandantes vitoriosos ocuparam importantes posições nos sovietes locais, na produção e nas escolas. [...] As massas foram, por toda a parte, pouco a pouco, eliminadas da efetiva participação no poder. [...] A jovem burocracia, inicialmente formada para servir o proletariado, sentiu-se árbitro entre as classes. Ela se tornou, mês após mês, mais autônoma (TROTSKY, 1980, p. 65).

O historiador britânico E. H. Carr, em sua análise das implicações da NEP, demonstra suas consequências desastrosas sobre a indústria no primeiro período (até 1924): “Se a NEP havia salvo o camponês do desastre, ao mesmo tempo reduziu a indústria e o mercado de trabalho a condições próximas do caos” (CARR, 1981, p. 57). Os efeitos da NEP sobre o proletariado não foram menos desastrosos: “O proletariado, o heróico porta-estandarte da revolução, havia sofrido dispersão, desintegração e redução drástica sob o impacto da guerra civil e do caos industrial. O trabalhador industrial havia se transformado no enteado da NEP” (CARR, 1981, p. 57).

Carr expõe o estado caótico da economia russa durante esses anos iniciais da NEP: crise industrial, desemprego alto nas cidades, retorno à economia de mercado, reabilitação da antiga classe dirigente industrial, os chamados “gerentes vermelhos”, instabilidade de preços, inflação, crise financeira, oscilação caótica da moeda (o rublo).

Apesar do viés pró-camponês da NEP a indústria e o comércio urbano (em larga medida, privados), absorviam a renda agrícola mediante o mecanismo de preços, segundo Bettelheim (1983), E. H. Carr (1981), Trotsky (1980) e outros.

Entretanto, mais tarde, de 1924 em diante, a economia se estabiliza. A oferta de produtos agrícolas cresce, a indústria mostra sinais de reanimação, faz-se uma reforma da moeda. As exportações eram, principalmente, de bens primários, agrícolas, e as importações, de matérias-primas industriais e semimanufaturados. A relação entre preços industriais e agrícolas estava mais equilibrada, sobretudo devido ao controle de preços estabelecido pelo governo, voltando aos índices de 1913 (CARR, 1981, p. 61). Isso se fizera, segundo Carr, sob um regime econômico misto, que combinava elementos de economia de mercado e de economia dirigida.

Não obstante, as condições de vida continuam extremamente duras para os trabalhadores urbanos. Frederico Mazzucchelli informa que a infraestrutura urbana não estava preparada

para receber o afluxo de trabalhadores vindos do campo e há déficit de “habitações, transportes, água etc.”, além do racionamento e da violência do processo de coletivização no campo (MAZZUCHELLI, 2009, p. 392).

É a partir desse momento, depois de haver liquidado a velha guarda bolchevique abrigada na oposição de esquerda (Trotsky, Zinoviev, Kamenev, Krupskaja) e na de direita (Bukharin, Rykov, Tomsky e outros), que Stalin dá uma guinada radical e substitui a NEP pela coletivização forçada da agricultura e a industrialização em marcha acelerada para alcançar os países capitalistas desenvolvidos. A palavra de ordem de liquidação dos *kulaks* como classe torna-se a divisa da política agrária do regime.

Os lotes particulares dos camponeses são substituídos rapidamente pelas fazendas coletivas (*kolkhoses*) e fazendas do Estado (*sovkhoses*). Para ter-se uma ideia da rapidez desse processo, vejamos os dados coligidos por Arthur Rosenberg: enquanto em 1930, 37% da terra cultivada pertenciam às cooperativas, em 1931 essa porcentagem subia para 62%, correspondente a 79% da área cultivada do país (ROSENBERG, 1989, p. 264).

Aparentemente, a orientação adotada, a saber, de coletivização do campo, liquidação da burguesia agrária e dos especuladores e usurários e a industrialização pesada sob a égide dos Planos Quinquenais, contemplava os objetivos revolucionários de socializar a propriedade e lançar as bases materiais da sociedade socialista, dotando o país de uma indústria moderna e avançada capaz de competir em pé de igualdade com as nações capitalistas.

Vendo-se mais de perto, o cenário é bem mais complexo. Ao liquidar a oposição de esquerda, Stalin deu continuidade à política da NEP e se apoiou na direita do partido, segundo a qual o enriquecimento da burguesia agrária e dos comerciantes urbanos não comprometia os rumos da revolução, uma vez que o Estado mantivesse o controle das indústrias básicas, do comércio externo, da moeda, da circulação financeira etc. Entretanto, no final da década de 1920, o dirigente soviético livra-se da “direita” e, como vimos, muda de rumo, dando início à coletivização do campo a toda força e impõe ritmo acelerado à industrialização com a adoção dos Planos Quinquenais.

Os êxitos alcançados nesse processo, de certa forma, pareciam dar razão a Joseph Stalin e conferiam prestígio externo ao regime entre intelectuais, acadêmicos, políticos e militantes de esquerda, ainda mais que o capitalismo enfrentava uma crise recessiva de dimensões catastróficas decorrente da recessão mundial e da ascensão do nazi-fascismo.

Por outro lado, as derrotas da Internacional Comunista na arena mundial ao invés de enfraquecer a direção nacional do partido, contraditoriamente a consolidava no poder. Ainda é Trotsky quem comenta:

[...] A derrota da insurreição búlgara e a ingloria retirada dos operários alemães em 1923, a pérfida liquidação da greve geral na Inglaterra, a conduta indigna dos comunistas polacos quando do golpe de força de Pilsudski em 1926, a terrível derrota da revolução chinesa em 1927, e as ainda mais graves derrotas que se seguiram na Alemanha e na Áustria [...] (TROTSKY, 1980, p. 66).

Trotsky responsabiliza a direção da Internacional Comunista pelo fracasso da revolução na China em 1927 e pelo massacre dos operários e camponeses chineses pelas tropas de Chiang-Kai-Shek. Tais derrotas, nas frentes de luta na Ásia e Europa, ao mesmo tempo em que enfraquecem o Estado soviético no plano internacional, consolidam a força de sua burocracia no plano nacional (TROTSKY, 1980, p. 66).

O antigo dirigente soviético procura razões para a burocratização do partido e do Estado na história política recente, sem esquecer a longa tradição de uma sociedade que secularmente viu-se submetida à dominação de um Estado despótico, absolutista. Recorre a Lênin, que já denunciara o risco de o Estado soviético se converter em senhor da sociedade, e observa melancolicamente que a burocracia triunfou, não com “argumentos e ideias”, mas esmagando a oposição “sob o seu próprio peso social” (TROTSKY, 1980, p. 68).

Discute a transformação do centralismo democrático, que caracterizara, a seu ver, o partido de Lênin, em centralismo burocrático, primeiro sob a pressão da guerra civil e da invasão estrangeira, a que o novo regime respondeu com o expediente, certamente transitório, do “comunismo de guerra”.

De início, a supressão da democracia interna no partido, a eliminação dos partidos de oposição, a proibição de existência de facções no partido, poderiam ter sido ditadas por “episódicas necessidades de defesa”, compreensíveis e até certo ponto aceitáveis em situação de guerra. A história do bolchevismo havia sido sempre “a da luta de facções”, caracterizada pela liberdade de crítica e “a luta de ideias”. A isso, a “doutrina stalinista” respondeu com a proibição de facções (TROTSKY, 1980, p. 69).

Nesse processo a sublevação de Kronstadt, em março de 1921, desempenhou importante papel. Na ocasião, o X Congresso do Partido proibiu a existência de facções, como uma medida excepcional e de emergência, estendendo para o partido dirigente: “[...] o regime político do Estado [...]” (TROTSKY, 1980, p. 70). Isso veio ao encontro dos desejos da nova elite ascendente em virtude da doença e morte de Lênin. Segundo Trotsky, tais medidas se acomodavam ao gosto da burocracia, ansiosa por garantir-se comodamente no poder.

Stalin e sua facção consideravam que “[...] a construção do socialismo era de ordem nacional e administrativa [...]”. A teoria do socialismo num só país era complementada pela

de que “[...] o Comitê Central é tudo, o partido não é nada [...]”. Os revolucionários foram substituídos por funcionários (TROTSKY, 1980, p. 70).

O poder se tornara totalitário ainda antes que tal situação tivesse se configurado na Alemanha, de acordo com Trotsky. O partido havia morrido, enquanto a burocracia mergulhava na corrupção. Houve aqui uma sequência: “A interdição dos partidos de oposição acarretou a das facções; a interdição das facções conduziu à interdição de pensar de modo diferente do chefe infalível. O monolitismo policial do partido teve como consequência a impunidade burocrática”. (TROTSKY, 1980, p. 75).

O juízo do economista francês Charles Bettelheim acerca da centralização do poder na União Soviética dos anos 1920 se aproxima dessa posição de Trotsky. Bettelheim, historiador da Revolução Russa, observa que no verão de 1928 houve o início de um deslocamento do poder político, que passa do Birô Político e do Comitê Central para as mãos do Secretário Geral (BETTELHEIM, 1983, p. 372-374). Esse deslocamento de poder é um passo fundamental na substituição da política da NEP por uma política voltada à industrialização em marcha forçada e à coletivização “pelo alto” no campo, a qual impõe pesados tributos aos camponeses acompanhados por uma repressão maciça em larga escala.

A ideia de que algo como uma “acumulação primitiva” deve ser necessária para sustentar o esforço de industrialização (defendida pelo economista Anton Preobrajensky) recebe o aval de Stalin nesse momento. Isso supõe, segundo Bettelheim, que “[...] o campesinato deve necessariamente pagar preços relativamente elevados pelos produtos industriais e ser ‘mais ou menos sub-remunerados’ pelos produtos agrícolas” (BETTELHEIM, 1983, p. 375).

A violência desse processo é documentada por inúmeros autores. Charles Bettelheim (1983, p. 442) denuncia que, do ponto de vista dos agentes que executam o processo de coletivização (brigadas operárias e polícia política), o kulak não é rigorosamente o camponês rico, “mas qualquer camponês que não está disposto a entrar no *kolkose*”. Essa definição elástica, sem nenhuma correspondência com a realidade, vai legitimar abusos sistemáticos contra os camponeses. Os supostos kulaks são divididos em três categorias:

Aqueles que fazem parte da primeira categoria são presos pela GPU; os da segunda categoria são deportados; os da terceira podem continuar no local, são providos de um mínimo de bens e se lhes atribuem terras de má qualidade situadas fora da aldeia; se não fornecem o montante da coleta que lhes é fixada, seus bens podem ser confiscados e eles podem ser deportados. As informações disponíveis indicam que somente uma minoria entra na terceira categoria (BETTELHEIM, 1983, p. 441).

Segundo Frederico Mazzucchelli (2009, p. 371), “entre 1931 e 1933, 7 milhões de soviéticos perderam suas vidas em consequência das transformações produzidas na agricultura”.

Trotsky define o Termidor soviético como “a vitória da burocracia sobre as massas”. Segundo ele, a vanguarda revolucionária, destruída parcialmente na guerra civil, foi absorvida pelos serviços burocráticos do Estado (TROTSKY, 1980, p. 75).

Mas, porque isso teria acontecido a uma revolução que pretendia submeter o Estado ao controle da sociedade e até mesmo “abandonar [...] a camisa de força do Estado”? Por que as tendências do período inicial da revolução, em 1917-1921, de permitir a discussão livre e a crítica, tinham sido substituídas por esse arranjo burocrático e totalitário? (TROTSKY, 1980, p. 77-78).

Trotsky procura investigar as razões sociológicas desse fenômeno. A seu ver, o caráter igualitário do regime em seu período inicial era o da igualdade na “miséria comum”. O estágio de produção do período posterior, que abrange a década de vinte, a partir da NEP, e a primeira metade dos anos trinta, era insuficiente para “assegurar a todos o necessário”. Mas, já podia garantir privilégios à minoria que dominava o aparelho partidário e estatal⁶ (o partido-estado) e estimular a maioria, reforçando os traços burgueses do Estado (TROTSKY, 1980, p. 80).

Para o ex-dirigente soviético, essa era a razão número um, mas não a única. Os teóricos clássicos do marxismo, Marx, Engels, Lênin, já haviam advertido que, enquanto perdurasse o Estado, o direito burguês sobreviveria e, com ele, a desigualdade. Trotsky adverte que a burocracia se constitui como “órgão burguês da classe operária” e tende a se autonomizar, constituindo-se num perigo para o organismo social. Ela já não admite “controle sobre os seus atos e sobre os seus rendimentos” (TROTSKY, 1980, p. 81).

A economia soviética, desde 1917, passou por períodos alternados de estatismo e liberalismo de mercado (comunismo de guerra, NEP, plano quinquenal, retorno parcial ao mercado em 1935). O aumento do nível de produtividade, ao mesmo tempo em que permite acelerar o processo de acumulação e gerar riqueza excedente, propicia também, na ausência de controles democráticos, um estímulo à desigualdade entre as camadas dirigentes e a massa do povo trabalhador. Trotsky afirma que “[...] a sociedade soviética divide-se atualmente em uma minoria privilegiada e com o futuro assegurado; e uma maioria que vegeta na miséria [...]” (TROTSKY, 1980, p. 82).

O autor nos fornece um exemplo concreto: em 1935 as metas do plano industrial foram ultrapassadas, mas a construção de habitações alcançou apenas 35,7% do planejado. Diz que o setor de construção de habitações populares é lento, defeituoso e desprezado. No campo a

⁶Portal (1983, p. 60) denuncia que armazéns especiais forneciam produtos “mais raros” aos quadros técnicos da administração e das empresas estatais, sendo tal discriminação repudiada por consumidores não privilegiados.

situação é pior. “[...] Os camponeses dos kolkhozes vivem, como no passado, em isbas [cabanas rústicas, de madeira], com vitelos e baratas [...]” (TROTSKY, 1980, p. 83). Embora admita a desigualdade na sociedade socialista por um período ainda longo, adverte que deve se discutir seus “limites toleráveis” (TROTSKY, 1980, p. 87).

“O mercado de hoje difere do da NEP (1921-1928) pelo fato de ter que se desenvolver sem intermediários nem comércio privado, colocando face a face às organizações do Estado, as cooperativas, os kolkhozes e os cidadãos. Mas isto só acontece em princípio”. E refere-se ao fato de que, ao lado do comércio controlado pelo Estado e as cooperativas, proliferam os “intermediários ilegais e semilegais” (TROTSKY, 1980, p. 85).

Outro fenômeno que Lênin já havia apontado no capitalismo maduro reaparece aqui: o da aristocracia operária. Se, no capitalismo, tal aristocracia pode se constituir na base social para o “oportunismo de classe” e o reformismo dos partidos operários, na sociedade soviética, caracterizada por Trotsky, seguindo, aliás, Lênin, como “capitalismo de Estado”, ela serve de base de apoio à burocracia reinante.

Ele assegura que os êxitos econômicos do regime e a adoção de preços de mercado agravam a situação da maioria, mas permitem um modo de vida privilegiado para a aristocracia de operários stakhanovistas [a tradução especificamente russa e “soviética” dos métodos tayloristas em uso no capitalismo]. Seu salário real, diz, ultrapassa em “vinte a trinta vezes o das categorias inferiores”. O salário de um especialista poderia “pagar a 80 ou 100 pedreiros”. Estes, assim como o grosso dos operários comuns, amargam uma condição de miséria. Isso redundava em antagonismos entre o proletariado e no recurso à sabotagem, uma típica manifestação de luta de classes.

Quanto à nova tecnocracia gerencial dos monopólios estatais da indústria, dos setores de transporte e de comércio, das fazendas coletivas e estatais, seus rendimentos se escondem atrás das estatísticas oficiais. Entretanto, seus padrões de consumo e seu nível de vida revelam sua situação privilegiada. Calcula-se que, somando seus rendimentos diretos ao seu acesso a bens e serviços restritos, como sanatórios, hospitais, casas de repouso, museus, clubes, instalações desportivas, férias de verão etc. poder-se-ia concluir que eles consomem uma parte da renda nacional equivalente ao que é destinado a 80 ou 85% do restante da população (TROTSKY, 1980, p. 95-100).

Trotsky reconhece que a ditadura revolucionária pós-1917 decorreu de uma situação de necessidade, mas aponta seus inconvenientes: “A ditadura revolucionária, admitimo-lo, constitui em si própria uma severa limitação da liberdade”. E reconhece a necessidade imperiosa de sua superação por formas democráticas, apontando que a democracia se tornou “para o país uma

questão de vida ou de morte” (TROSTKY, 1980, p. 191). No entanto, esse reconhecimento tardio, numa obra escrita no exílio, soa como uma autocrítica involuntária⁷. A democracia não seria uma questão de vida ou morte para a construção do socialismo desde o início da Revolução?

Victor Serge, que viveu na Rússia nos anos de fogo da revolução, critica asperamente os defensores da ditadura, chamando-os “marxistas bolchevizados”, e observa com fina ironia que “As palavras ‘ditadura do proletariado’ explicavam-lhes tudo, magicamente, sem que lhes ocorresse a ideia de perguntar onde estava, o que pensava, sentia, fazia esse proletariado ditador” (SERGE, 1987, p. 127).⁸

A partir daí, supondo-se a superioridade da democracia dos soviets (conselhos de operários, de camponeses, de soldados e marinheiros) sobre a democracia parlamentar, foram suprimidas as instituições representativas, o que motivou a crítica contundente de Rosa Luxemburg, sugerindo que deveriam ter sido convocadas novas eleições.

As críticas da revolucionária polonesa aos bolcheviques destacam três aspectos essenciais: i) a supressão das instituições de representação popular, dos partidos de oposição, da imprensa livre, das eleições gerais, substituindo-as pelo comando do partido único; ii) a distribuição das terras expropriadas aos latifundiários a todas as camadas do campesinato; iii) a proclamação do direito à autodeterminação a todos os povos que pertenciam ao antigo império russo.

A essas medidas, a dirigente comunista do operariado alemão propunha: i) a conservação das instituições de representação popular, da imprensa livre, da oposição etc., como forma de conservar uma esfera pública aberta e livre, em que o debate das grandes questões nacionais pudesse se dar com participação de todas as correntes; ii) a nacionalização da propriedade fundiária, distribuindo-se as terras apenas aos camponeses pobres, atraindo-os, porém, para formas de propriedade coletiva; iii) a negação do direito à autodeterminação, pois tal medida terminou por submeter os trabalhadores das nações sob a tutela do czar à direção de suas respectivas burguesias.

Rosa Luxemburg considerava tais medidas adotadas pelos bolcheviques contrárias ao espírito do socialismo. Quanto ao primeiro aspecto, a história parece ter dado inteira razão à autora. Os próprios dirigentes bolcheviques deram-se conta disso: Lênin, no calor da hora, embora se visse sufocado pela incompreensão de seus companheiros e já estivesse debilitado pela doença. Trotsky, tardiamente, no exílio.

⁷Rosa Luxemburg (1991, p. 85), em 1918 já repudiara a posição de Trotsky segundo a qual não era possível se promover eleições populares em períodos revolucionários. A Comuna de Paris, em 1871, já provara que era possível.

⁸Serge (1987, p. 127) ainda dirige certeira suas críticas aos social-democratas, os quais estavam imbuídos de “um humanismo socialista pacificamente aburguesado” e aos anarquistas, “portadores de uma doutrina, sobretudo afetiva, ignorantes em matéria de economia política e jamais tendo se colocado o problema do poder, era-lhes quase impossível chegar ao entendimento teórico do que se passava”.

Quanto ao segundo aspecto, é difícil encontrar uma resposta. Mas, deve-se levar em conta que a questão camponesa representava um desafio para os bolcheviques que estava quase acima de suas forças. Com efeito, inúmeros analistas reconhecem que o partido estava solidamente enraizado na classe trabalhadora urbana, mas tinha poucos vínculos entre os camponeses. Ademais, na Rússia a acumulação primitiva ainda estava em andamento, os camponeses não tinham sido proletarizados inteiramente e constituíam a esmagadora maioria da nação. Sem seu apoio a revolução não se sustentaria. O temor de Rosa Luxemburg era que mais à frente a revolução teria na pequena propriedade camponesa uma inimiga mortal do socialismo.

Mas, se o camponês, temendo a nacionalização da terra, se erigisse em inimigo desde o início da revolução, talvez a sorte desta tivesse sido liquidada no nascedouro.

No tocante ao terceiro aspecto, talvez ela tivesse razão. Mas, como saber? O fato é que, para o bem ou para o mal, a luta por autodeterminação dos povos, ao longo do século XX, converteu-se numa poderosa arma que se contrapôs ao neocolonialismo.

Trotsky tece outras considerações acerca da burocracia soviética. Ele entende que ela desempenhou um papel progressista durante “[...] o período de assimilação. O grande trabalho de imitação, de enxertia, de transferência, de aclimatação, se fez no terreno preparado pela Revolução [...]” (TROSTKY, 1980, p. 191).

Entretanto, reconhece que a camada burocrática valoriza suas prerrogativas e dá relevo às funções de coerção: “[...] A casta governante se esforça por perpetuar a fortalecer os órgãos de coerção e não olha a meios para se manter no poder e conservar os seus rendimentos [...]”, e o autor continua: “[...] tal como a Igreja católica, ela formulou o seu dogma da infalibilidade após o início do seu declínio; mas a burocracia elevou-o imediatamente a alturas tais que nem o papa teria sonhado.” (TROSTKY, 1980, p. 191).

Trotsky define o regime como uma variedade do bonapartismo, entendido este como regime de crise, que consagra a independência aparente do Estado, como forma de defender os interesses dos privilegiados. “[...] Elevando-se acima de uma sociedade politicamente atomizada, apoiando-se na polícia e no corpo de oficiais, sem tolerar controle algum, o regime stalinista constitui uma variedade manifesta do bonapartismo, de novo tipo, até hoje sem precedentes [...]”. E conclui que esta variedade está “[...] assente no Estado operário [...]” (TROSTKY, 1980, p. 192). Vê-se, nesse ponto, uma aproximação com a análise desenvolvida por Hannah Arendt, anos mais tarde [1949], porém a conceituação trotskyana de “Estado operário” é contraditória com sua própria análise acerca do peso da burocracia e da atomização da sociedade.

A classificação do regime soviético russo como uma forma de bonapartismo suscita questionamentos acerca de sua adequação. Como se sabe, essa noção foi introduzida por Marx

para explicar a forma assumida pelo Estado francês na época de Napoleão III. Marx voltou à questão ao analisar a Comuna de Paris e Engels também lhe dedicou reflexões no seu livro sobre as origens do Estado. Dessas reflexões resulta que o Estado bonapartista se materializa quando o conflito de classes assume um equilíbrio catastrófico e as classes dominantes não conseguem manter o domínio sob a forma da democracia parlamentar. A saída para a crise é um tipo de ditadura personificada na figura de um ator providencial que apoiado nas massas desorganizadas [no caso francês, o campesinato] impõe uma forma de poder acima das classes, concentrado no Executivo e no aparato repressivo [o Exército, a polícia, o aparelho burocrático].

Trata-se de uma forma de Estado burguês que mantém a luta de classes (burguesia x proletariado) em equilíbrio e cria a situação institucional adequada ao desenvolvimento do capital sem as perturbações típicas do jogo democrático.

Alguns desses elementos estavam presentes no caso soviético: o poder concentrado na figura do Secretário Geral do Partido; o providencialismo do “Príncipe” expresso no culto da personalidade de Stalin; a autonomia [aparente] do Estado frente à sociedade civil; a polícia política como ramo do aparelho repressivo que consagrava o poder absoluto do Chefe; os operários e camponeses pobres reduzidos à condição de massa desorganizada, representada pelo Grande Líder, único capaz de garantir o futuro “socialista” da Grande Nação Proletária.

Na verdade, frente à dificuldade de se lançar mão do conceito de classe social para o caso soviético, é preciso, ao menos provisoriamente, admitir a existência de um sucedâneo, que alguns chamam de “nova classe”, outros de “estamento burocrático” e Trotsky chama simplesmente de “burocracia”, constituída pela elite gerencial do aparelho econômico estatal, os técnicos de nível superior e médio e a camada de intelectuais próximos ao poder.

Uma novidade em relação ao caso clássico era a presença do partido único como instância de mediação entre o Estado e a sociedade civil, um dado que alimentava a adesão dos intelectuais, das camadas intermediárias e de parcelas dos operários e camponeses através de uma espécie de transformismo molecular permanente.

Mas, o problema se complica quando se leva em conta que na União Soviética dos anos 1930 não havia capitalismo propriamente dito: a grande burguesia privada havia sido liquidada, o excedente não tomava a forma de capital, a concorrência de mercado era praticamente inexistente [mesmo que se reconheça a existência de um “mercado negro”, ou uma economia clandestina] etc.

E, sobretudo, conforme observa argutamente Paul Sweezy (1981), na União Soviética não havia separação [formal] entre economia e política, um dado estrutural do capitalismo, segundo as análises marxistas clássicas. Na URSS, ainda segundo Sweezy, “a forma específica

do nexa econômico/político” se aproximava mais da existente no feudalismo, em que o Estado é senhor da economia e não como no capitalismo, em que “o Estado é o servo da economia” (SWEEZY, 1981, p. 121). Na relação entre a nova classe dominante (a camada burocrática) e a classe dominada (os trabalhadores assalariados), havia um componente de exploração: o controle do aparato econômico estatizado permitia aos gestores apropriar-se de um excedente e impor um estilo despótico de comando, aparentado ao despotismo de fábrica do capitalismo. Se havia algo parecido com luta de classes, essa se dava sob a forma de resistência e boicote dos trabalhadores urbanos e camponeses às imposições dos estratos burocráticos.

Configurava-se, portanto, um novo modo de produção, distinto do capitalismo, mas de nenhum modo socialista, apesar da ausência de propriedade privada e da presença de um partido autointitulado comunista no comando do Estado. O nome dado a esse novo modo de produção é um dado relativamente secundário. A expressão “capitalismo de Estado”, a que recorre Trotsky e o próprio Lênin, e inúmeros outros autores, é imprópria.

Que o poder era totalitário, o próprio Trotsky o demonstra e, mais tarde, Hannah Arendt (1989). Nesse sentido, encontramos notáveis concordâncias entre as análises de Bettelheim sobre a atomização da sociedade, que se aproximam das de Trotsky e também das de Hannah Arendt, sobre a dissolução do proletariado no homem-massa, condição social da emergência do fascismo.

Os tentáculos do Estado penetravam em todos os poros da sociedade e sufocavam qualquer manifestação de autonomia das classes, grupos ou indivíduos. O terrorismo policial de Estado eliminou sistematicamente toda oposição. Trotsky e Victor Serge apontam o morticínio provocado pelas duas guerras (a mundial e a guerra civil) como causa da destruição da elite operária e da possibilidade de qualquer expressão de vida autônoma da classe operária. Porém, Trotsky enumera também os expurgos sistemáticos e a perseguição policial contra os descontentes com a ditadura, a coletivização forçada e o stakhanovismo como uma causa concorrente importante.

Hannah Arendt (1989, p. 512-531) é mais explícita a esse respeito e aponta que houve um esforço sistemático do regime para eliminar os laços de solidariedade, não apenas os de natureza classista, mas também os laços sociais dos indivíduos, incluídos os do homem comum, politicamente apático. A autora insiste em apontar, como pressuposto do Estado totalitário, a prévia dissolução das classes e a conversão do operário, dos trabalhadores, em homens-massa.

Segundo Arendt, Stalin havia criado artificialmente uma sociedade atomizada, para “transformar a ditadura revolucionária de Lênin em completo regime totalitário” (ARENDR, 1989, p. 368). No entanto, esse processo foi precedido pela liquidação do “resto de poder dos Sovietes [que] impediam o domínio absoluto da hierarquia do Partido” (ARENDR, 1989, p. 369).

Trotsky não hesita em considerar o stalinismo e o fascismo como fenômenos da mesma ordem: “A despeito da profunda diferença das suas bases sociais, o stalinismo e o fascismo são fenômenos simétricos” (ARENDRT, 1989, p. 192-3). Em sua visão, a facção stalinista subordinou o partido ao estamento burocrático e fundiu os órgãos do partido com os do Estado. Em conclusão, arremata: “[...] Assim se criou o atual regime totalitário [...]” (TROTSKY, 1980, p. 193).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crítica de Rosa Luxemburg, lúcida e notável, feita no calor da hora, está, entretanto, contaminada pela perspectiva de que a revolução russa era o prelúdio da revolução proletária mundial, percepção compartilhada, aliás, com os principais dirigentes soviéticos, Lênin e Trotsky incluídos. E, apesar de em muitos e decisivos aspectos (na questão da democracia, principalmente), tal crítica fosse teoricamente bem articulada, alguns de seus juízos relativos a questões essenciais, como a da partilha da terra entre os camponeses e a questão das nacionalidades, não podem ser considerados fora da conjuntura complexa daquele momento. Como reconheceu a própria Rosa Luxemburg, a construção do socialismo enfrenta tarefas que só a experiência pode resolver e, para isso, os marxistas contam apenas com algumas orientações gerais. O que teria acontecido se os bolcheviques, como queria Rosa Luxemburg, tivessem proposto a nacionalização da terra, ignorando a reivindicação camponesa da partilha? É provável que a aliança operário/camponesa e a sorte da revolução tivessem sido perdidas naquele momento. O campesinato teria aderido aos bolcheviques sem que sua principal reivindicação tivesse sido levada em conta? Sem esse apoio, os bolcheviques, mesmo com a adesão do proletariado urbano, teriam derrotado as forças contrarrevolucionárias? É provável que não. A própria Rosa Luxemburg, nesse caso, aferrou-se a diretrizes abstratas (nacionalização da terra), sem perceber que a situação russa exigia soluções que levassem em conta suas peculiaridades: uma economia agrária semifeudal, uma industrialização tardia, um processo lento de transição para o capitalismo sobredeterminado pelo atraso.

Quanto a Trotsky, há em suas análises lúcidas percepções acerca do papel da nova burocracia soviética, dos aspectos sociológicos da formação social russa nos anos 1930 e do caráter totalitário do regime político soviético. Entretanto, sua noção de “estado operário” é francamente rebatida por seus próprios argumentos acerca da ascendência da burocracia e da dominação do Estado sobre a sociedade civil.

Como falar de “Estado operário” numa sociedade em que a classe operária dizimada pelas guerras e pela crise econômica, havia sido reduzida à condição de massa sem canais de

representação direta: os soviets convertidos em aparelhos burocráticos do Partido; a sociedade civil acuada pelo medo e a ameaça constante da política secreta; o Estado administrativo dominado pela nova elite gerencial do aparato econômico estatizado; a vida pública (Parlamento, partidos, imprensa livre, sindicatos) silenciada?

A tese do “desvio burocrático” como causa dos entraves na construção do socialismo traduz uma visão idealista e evolucionista do processo revolucionário russo, como se, uma vez desencadeada a revolução, ela devesse seguir seu curso inexorável até a edificação do comunismo, a menos que a traição dos dirigentes atrasasse a marcha [excluída a hipótese da agressão externa].

Ademais, como ator político chave, Trotsky foi um dos principais responsáveis pela supressão da democracia no início do regime, sob o argumento de que os soviets consagravam uma forma de democracia superior à “democracia burguesa”. Os contra-argumentos de Rosa Luxemburg são, nesse sentido, irretocáveis: sem eleições gerais, sem uma esfera pública livre em que a população pudesse manifestar suas vontades, a democracia direta se converte numa contrafação.

A construção do ‘socialismo num só país’, uma contradição em termos na perspectiva da teoria marxista, foi uma imposição do princípio de realidade: derrotada a revolução proletária em escala mundial, restava aos russos a enorme tarefa de reconstruir o país e edificar novas instituições políticas até que a situação internacional abrisse novas oportunidades revolucionárias.

As tarefas eram gigantescas e as opções, limitadas. Tratava-se de retomar a marcha da industrialização para alcançar os países desenvolvidos, recuperar a produção agrícola, viabilizar uma administração estatal qualificada e construir a democracia socialista. Mas, como financiar a industrialização pesada? De onde tirar os recursos? Isso exigira um amplo debate nacional, mas a concentração de poder na cúpula do aparelho partidário e estatal, sufocando a democracia, impediu esse debate.

Na verdade, entre 1917 e 1921 liquidou-se tanto a democracia representativa como a democracia soviética (conselhistas, direta), erigindo-se em seu lugar uma ditadura revolucionária ao modo das precedentes ditaduras cromwelliana e jacobina, distinta, portanto, da Comuna de Paris, que preservou o sufrágio universal e instituiu formas diretas de participação política. Findo o comunismo de guerra, Lênin percebeu a necessidade de uma revolução cultural para capacitar a massa de camponeses e operários a dirigir seus próprios destinos sob a mediação do Partido Comunista. A NEP foi a tradução econômica dessa proposta, mas faltou ao dirigente russo tempo, energia e um discernimento mais claro para dar a esse projeto uma tradução política adequada, revitalizando os soviets e combinando-os com instituições representativas com ampla liberdade de expressão e organização.

A observação *a posteriori* de Hannah Arendt, de que a melhor opção teria sido dar continuidade à NEP, preservando ao menos alguns rudimentos de democracia, poderia ter dado outro rumo ao país. Talvez não se tratasse ainda de socialismo, mas de alguma forma de economia mista, uma sociedade política mais aberta, uma esfera pública mais arejada, um fio de esperança no futuro socialista para dar um alento aos homens e manter a chama de fé na vida.

No final dos anos 1920 e durante a década de 1930, o regime converteu-se numa ditadura totalitária de partido único e gestou-se um novo modo de produção nem capitalista liberal, nem capitalista de Estado e nem socialista. Uma nova classe dominante se impôs, mais uma “elite de poder” como sugere Paul Sweezy, inspirado em Wright Mills, do que uma classe social nos termos definidos por Lênin.

A liberalização ocorrida depois da morte de Stalin (1953) conformou uma transição pós-totalitária que não redundou quer numa democracia socialista, quer num regime político liberal, mas numa forma de domínio autoritário da mesma elite burocrática que dominava o aparato econômico estatizado e dirigia o aparelho político do Estado.

O desfecho se daria décadas mais tarde: com o colapso do “comunismo” soviético, instaurou-se uma transição ao capitalismo com toda uma seqüela de barbáries que marcou o final melancólico da construção do “socialismo num só país”.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BETTELHEIM, Charles. **A luta de classes na União Soviética**: segundo período 1923-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CARR, E. H. **A revolução Russa de Lenin a Stalin (1917-1929)**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

JOHNSTONE, Monty. Um instrumento político de tipo novo: o partido leninista de vanguarda. In: HOBBSAWM, Eric J. **História do Marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 15-43. 6 v.

LUKÁCS, György. **O pensamento de Lenine**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1975.

LUXEMBURG, Rosa. **A revolução russa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

MAZZUCHELLI, Frederico. **Os anos de chumbo**: Economia e política internacional no entreguerras. São Paulo:

Editora UNESP; Campinas, SP: FACAMP, 2009.

MILIBAND, Ralph. Reflexões sobre a crise dos regimes comunistas. In: BLACKBURN, Robin (Org.). **Depois da Queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 21-35.

PORTAL, Roger. A construção de uma sociedade socialista: a URSS. In: DROZ, J. **História Geral do Socialismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1983. 7 v. p. 25-82.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **As revoluções russas e o socialismo soviético**. São Paulo: UNESP, 2003.

ROSENBERG, Arthur. [1932]. **História do bolchevismo**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SERGE, Victor. **Memórias de um revolucionário: 1901-1941**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SWEEZY, Paul. **A sociedade pós-revolucionária**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TROTSKY, Leon. [1937] **A Revolução Traída**. São Paulo: Global Editora, 1980. 208 p. Disponível em: <<http://culturaemarxismo.files.wordpress.com/2012/05/a-revoluc3a7c3a3o-trac3adda.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2013.